



À longa leitura cansou Garibaldi Alves



Carlos Benevides argumenta com Mercadante



Klein, entre Passarinho e Magalhães.



Magalhães: aprovação por unanimidade

OS QUE NÃO FORAM CULPADOS, NEM ABSOLVIDOS.

Investigações iniciadas pelas subcomissões da CPI do Orçamento deverão prosseguir na Câmara, no Senado ou na Justiça.

Além dos parlamentares que foram inocentados pela CPI do Orçamento e dos indicados para a cassação [veja página 5], alguns deverão ser investigados pelo Ministério Público Federal ou pelas Mesas da Câmara e do Senado. A seguir, o resumo das denúncias e dos depoimentos de alguns desses parlamentares:

Messias Góis (PFL-SE) — Ex-presidente da Comissão de Orçamento, foi citado por José Carlos Alves dos Santos como integrante

do grupo “sete anões”. ‘Saiu-se bem no depoimento com explicações consideradas convincentes e ajudou a CPI a desvendar o então mistério das “verbas carimbadas”. Será investigado pelo Ministério Público.

Roberto Jefferson (PTB-RJ) — Acusado pelo economista José Carlos Alves dos Santos como um dos envolvidos na máfia do Orçamento, saiu absolvido no seu depoimento. Ainda vai passar pela malha fina da Receita Federal.

As mesas da Câmara ou do Senado vão investigar os seguintes parlamentares:

José Luiz Maia (PPR-PI) — Líder licenciado do PPR na Câmara, o deputado não conseguiu explicar durante depoimento à CPI, sua evolução patrimonial e o crescimento de sua movimentação bancária — que subiu de US\$ 537 mil em 1991 para US\$ 923 mil no ano seguinte. O que mais intrigou a CPI foi a aquisição de um apartamento de luxo em Teresina,

da Construtora Mafrense, no começo de 1992.

Pinheiro Landim (PMDB-CE) — Relator parcial do Orçamento Geral da União em 1992, foi citado em lista enviada posteriormente à CPI pelo economista José Carlos Alves dos Santos, como um dos que manipulavam as verbas públicas. Suas iniciais P.Landim apareceram nos documentos da Odebrecht. Não chegou a ser ouvido na CPI nem teve seu sigilo bancário quebrado.

Paes Landim (PFL-PI) — Ex-integrante da Comissão de Orçamento, afirmou em depoimento à CPI que os depósitos encontrados em suas contas bancárias — US\$ 3,6 mil, em propinas de uma prefeitura da Bahia. O deputado contestou as informações e afirmou ter documentos que provam que não existiu o depósito.

Uldurico Pinto (PSB-BA) — A subcomissão de bancos divulgou informações que o deputado recebeu depósito em dinheiro, de US\$ 3,6 mil, em propinas de uma prefeitura da Bahia. O deputado contestou as informações e afirmou ter documentos que provam que não existiu o depósito. Na quinta-feira, véspera da leitura do relatório, entrou em greve de fome até que a CPI faça exames periciais que provarão, segundo ele, que as assinaturas são falsas.